

ASPECTOS CONCEITUAIS DA TERCEIRA VIA E SUAS VINCULAÇÕES À EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Luiz Fernando Nunes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

E-mail: fernando@i-historia.com

Enock Peixoto

Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UFRJ e UERJ

E-mail: enockpeixoto@hotmail.com

Resumo: O texto ambiciona trazer ao debate os aspectos conceituais da vertente da Terceira Via e suas vinculações à educação do tempo presente. Para isso, trata, inicialmente, da exposição conceitual da proposta político-ideológica para, em seguida, abordar sua adoção no âmbito escolar. Aborda também, ao longo das linhas, as transformações estruturais no âmbito do Estado brasileiro durante sua história republicana, sinalizando que há similaridades entre os processos, sobretudo quando não se verificam efetivas participações populares nas tomadas de decisões.

Palavras-chave: Terceira Via; Reforma do Estado; Parcerias público-privadas.

INTRODUÇÃO

Certamente é a educação um dos campos de maior batalha ideológica há alguns anos. Lançam-se sobre ela uma série de forças que buscam, de um lado, legitimá-la como dever do Estado e, de outro, opositores, ou seja, aqueles que creem ser, justamente por conta da gestão pública, o resultado de seu “fracasso” “verificado a partir de análises de organismos internacionais.

Após longo período de ditadura militar, a Constituição de 1988 trouxe em seu texto significativos ganhos sociais, sobretudo por conta do processo de redemocratização nacional. O direito à educação pública e de qualidade figura entre os mais sensíveis às classes inferiores, de toda sorte que a Carta garante ser dever do Estado a oferta de educação pública institucional e de qualidade a todos os brasileiros (BRASIL, 1988, Art. 205).

Já na década de 1990, uma série de propostas foram criadas e subsidiadas argumentativamente no sentido de fortalecer o entrelaçamento entre governo e sociedade no sentido de fortalecer um suposto pacto pela educação pública. Nesse sentido, caberia à sociedade o auxílio ao combalido Estado através de parcerias com o setor privado, sobretudo a partir do papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

O texto sustentará a ideia de que essas propostas atendem às prerrogativas da concepção político-ideológica da Terceira Via, tratando, a princípio do seu conceito de criação e adequação ao mundo do pós-Guerra Fria.

Em seguida, vinculamos esse plano ideológico à educação, clareando suas ligações.

Os objetivos, por fim, consistem em, além de analisar as vinculações da vertente em questão com a educação, estabelecer parâmetros argumentativos no sentido de auxiliar na análise sobre o mapeamento das ações de institutos privados frente à educação nacional. Dessa maneira, entendem-se poder colaborar para a batalha no campo teórico, objetivando o amadurecimento de uma contra hegemonia em defesa do direito público à educação gratuita, laica, de qualidade, mantida através de recursos públicos exclusivamente destinados à ela.

METODOLOGIA

A sucinta argumentação em torno do tema é sustentada a partir de uma análise de cunho prioritariamente bibliográfica. Serve-se, para isso, das obras devidamente elencadas nas referências, de textos de lei e de artigos (por conta da maior atualidade em relação à temática abordada).

Por pesquisa bibliográfica entende-se aqui o mesmo que foi preconizado por Minayo (apud LIMA e MIOTO, 2007, p. 38), ou seja, um processo no qual o pesquisador tem:

uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade.

Dessa maneira, priorizam-se revisões textuais a partir de uma consciência histórica e conjuntural, objetivando compreender as relações que existem (ou podem existir) entre os elementos argumentativos que já compõem o arcabouço de produção sobre a abordagem.

No texto que se desenrola, buscou-se, a partir de uma análise argumentativa-textual, compreender aspectos que se desdobram entre olhares de produções consolidadas e a luta dialética entre as ideias. Assim, a intenção foi a de percorrer o material já disponível sobre a concepção ideológica da Terceira Via e sua vinculação aos programas educacionais geridos no âmbito público e sua atual adequação a um discurso ideológico de falência do Estado.

DISCUSSÃO

A terceira via, no seu projeto de promover um caminho diverso daquele oferecido pelo neoliberalismo e a “social democracia clássica” não configura como algo original, pois as suas teses reafirmam as teorias sustentadas pelo liberalismo atual, ou seja, um projeto de

descentralização do Estado e fortalecimento da iniciativa privada. Essas frases iniciais contrastam com o que Anthony Giddens, um dos principais defensores da corrente de pensamento em destaque, aborda.

Segundo o autor (GIDDENS, 2001b, p. 165), afirmações como a supramencionada não se sustentam, pois: “A política da terceira via não é, como é retratada com tanta frequência, uma capitulação ao neoliberalismo”; e continua o sociólogo britânico: “A política da terceira via não é uma continuação da filosofia do neoliberalismo, mas uma filosofia política alternativa a ele” (GIDDENS, 2001b, p. 40). É importante destacar ainda a crítica de Giddens aos socialdemocratas e a sua relação entre mercado e bens públicos:

Os *socialdemocratas* [...] precisam superar algumas de suas preocupações e temores relacionados com os mercados. Mas a ideia neoliberal de que os mercados em quase toda parte devem tomar o lugar dos bens públicos é ridícula. O neoliberalismo é uma abordagem profundamente falha à política, porque supõe que não é preciso se responsabilizar pelas consequências sociais das decisões baseadas no mercado (GIDDENS, 2001b, p. 40).

Apesar de o autor contestar as teses que aproximam a proposta da terceira via com o neoliberalismo, vamos nos deter na posição do parágrafo introdutório, ou seja, de que se trata não de uma alternativa diversa da neoliberal, mas de sua reafirmação. O nosso intento primordial é avaliar como esta perspectiva econômica afeta as políticas educacionais no Brasil, que no nosso entendimento, atuam de forma nociva a formação plena de nossos jovens.

Para Giddens, a terceira via “representa um movimento de modernização do centro. Embora aceite o valor socialista básico da justiça social, ela rejeita a política de classe, buscando uma base de apoio que perpassasse as classes da sociedade” (GIDDENS apud ANTUNES, p. 48). Neste ponto notamos a rejeição da noção de política de classe presente na concepção socialista e conforme comenta Toni Blair:

a terceira via é rota para a renovação e o êxito da moderna socialdemocracia. Não se trata simplesmente de um compromisso entre a esquerda e a direita. Trata-se de recuperar os valores essenciais do centro-esquerda e aplicá-los a um mundo de mudanças sociais e econômicas fundamentais, e de fazê-los livres de ideologias antiquadas (GIDDENS apud ANTUNES, p. 50).

Os comentários dos dois teóricos da corrente em análise sintetizam a proposta da

terceira via que é ser uma opção diferenciada frente às duas correntes político-ideológicas que vem predominando em grande parte do mundo nas últimas décadas, mas será que tal proposta de inovação é efetiva? Como supramencionamos, trata-se de “mais do mesmo”, ou seja, uma reafirmação da descentralidade estatal em favor de organismos particulares de organização, algo extremamente perigoso, pois a vida econômica e social das nações, dentro deste modelo, fica refém do mercado.

Esse último, na atualidade, tem como objetivo gerar uma maior efetividade lucrativa com gastos cada vez menores. Esta visão que tem a estatística, os números como balizadores do valor ou demérito de uma ação econômica, assenta a vida humana como elemento secundário e nessa avaliação a concepção de proteção social fica extremamente abalada.

Giddens (apud BORDIAU e WACQUANT, 2013) afirma: “aceito a ideia de que os sistemas de proteção social existentes, e a estrutura do conjunto do Estado, são a fonte dos problemas, e não apenas a solução para resolvê-los”; e ainda, no mesmo texto: “despesas sociais devem ser avaliadas ao nível das suas consequências para a economia no seu conjunto”. Aceitar que os sistemas de proteção social e a estrutura do conjunto do Estado são fontes de problemas e não apenas a solução e que as despesas sociais devem considerar a economia no seu conjunto partem da perspectiva de que ações que visam dirimir as desigualdades são geradoras de dispêndio para a economia geral, evidenciam, no nosso entendimento, que esta concepção política é mais uma daquelas que dissocia política-economia e vida concreta. A existência com todas as suas complexidades precisa se adequar a um modelo econômico e não o contrário, as necessidades vitais humanas devem ser as geradoras de ações e teorias que possibilitam o *bem viver*.

No pequeno texto de Bordiau e Wacquant, eles terminam sustentando que os teóricos do neoliberalismo poderiam ficar tranquilos, pois encontraram nos teóricos da terceira via o seu “Pangloss”, esta é, possivelmente, uma referência a um personagem de Voltaire cuja característica principal era um ingênuo otimismo; mas notemos a ironia presente em tal frase, pois os teóricos parecem apontar para a inefetividade das propostas da terceira via. Ela pode ser útil para os gestores do capital financeiro, mas é extremamente nociva para o restante da humanidade, a grande massa que vive na desigualdade tende a aumentar e ou viver em condições cada vez mais precárias. Na concepção de Marilena Chauí (1999)¹ esta ingenuidade não tem a força para efetivamente trazer algo inovador:

¹ Em artigo para o jornal A Folha de São Paulo (1999) sob o título “Fantasia da terceira via. “Folha de São Paulo”.

Como uma ideologia que confunde liberdade com competição, justiça social com desigualdade, argúcia para explorar e dominar com democracia poderia pretender introduzir na barbárie capitalista o consenso e a concórdia, a justiça e a paz? Aliás, desde quando, afora no lirismo poético da Terceira Via, a prosa capitalista teve tais objetivos?

Chauí chama de catecismo essa tentativa política destacando cinco dogmas encontrados na teoria de Giddens, baseados em uma nova concepção de Política; de Economia; de Governo; de Nação e de Bem-Estar Social.

Destaquemos apenas este último: “trata-se de corrigir os excessos e efeitos perversos do Estado-Providência (burocracia, comodismo, passividade) e reformar o Estado de Bem-Estar, tendo como agentes os indivíduos e outros órgãos, que não o Estado, criadores de riqueza”. E continua Chauí comentando:

Esse curioso princípio é desenvolvido no livro de Giddens como a substituição da expressão "Estado do Bem-Estar" por "Sociedade do Bem-Estar": o Estado faz parcerias com empresas, sobretudo as do terceiro setor (ou serviços), para a criação de empregos e se desobriga do salário-desemprego; o Estado faz parcerias com empresas de saúde e se desobriga da saúde pública gratuita; o Estado faz parcerias com empresas de educação e se desobriga da educação pública gratuita etc.

Este é o cenário prevalecente na atual sociedade em diversos países do mundo e destaquemos que o texto da filósofa brasileira fora escrito no final do século passado, mas a tentativa de imposição planetária de tal sistema continua atuante. Depois de grande parte da Europa ser devastada por este sistema, tenta-se reinventá-lo nos países periféricos, talvez como uma tentativa de resgatar, a partir de nossas riquezas e fragilidades, o fiasco das tentativas políticas neoliberais e conforme as hipóteses que estamos sustentando, não diferem da proposta da terceira via.

A terceira via e a educação

Após tentarmos demonstrar que a terceira via não configura uma inovação, mas de uma afirmação da teoria liberal, voltemos a destacar as questões relacionadas à educação. A proposta de que o Estado não seja paternalista e o principal gestor das estruturas organizacionais da sociedade perpassa por uma estruturação deste modo de pensar, via educação; sobre este aspecto Giddens afirma: “É necessário um governo ativo na educação, capaz de abrir o acesso ao capital e aos mercados, que promova a competição nos mercados

de produtos e coordene o investimento em infraestrutura” (apud, GOHN, p. 72). Em um primeiro momento, talvez possamos considerar que afirmações como esta sejam coerentes com o perfil da atual sociedade, mas ela traz em si um aspecto nocivo que é reduzir a palavra educação, que desde os gregos arcaicos visa à formação integral do ser humano, a interesses tecnocráticos, com o agravante, da maioria mais pobre funcionar como mão de obra barata para a subsistência da minoria mais rica.

O texto abaixo, no qual o autor em questão trabalha a relação Estado, mercado, sociedade que devem estar pautadas em um novo pacto social, indica com clareza esta prevalência do domínio classista das relações econômicas:

Precisamos reconectar essas três esferas (Estado, mercado e sociedade civil) por meio de um novo contrato social, adequado para uma era em que a globalização e o individualismo andam lado a lado. O novo contrato ressalta os direitos e as responsabilidades dos cidadãos. As pessoas não devem se limitar a receber da sociedade, mas se voltar para ela. O preceito “nenhum direito sem responsabilidades” se aplica a todos os indivíduos e grupos (GIDDENS, 2001b, p. 167).

A relação com o empresariado é outra conexão necessária: “Uma sociedade que não estimula a cultura empresarial não pode gerar a energia econômica que provém das ideias mais criativas” (GIDDENS, 2001b, p. 79-80). Concordamos que essa proximidade é necessária, mas não pode ser ela a única a ditar os rumos da sociedade. As relações mercadológicas costumam ser frias, indiferentes a questões periféricas ao mercado que envolvem a vida real dos indivíduos, por outro lado, as ideias mais criativas não estão apenas na cultura empresarial, embora este realmente seja um espaço importante de criação no mundo atual, outras esferas, como os setores culturais, artísticos, científicos, literários..., também gestam elementos criativos, mas se não gerarem lucro, geralmente são desconsiderados.

Um texto de 2011 sobre a “evolução recente da educação brasileira” evidencia esta tendência neoliberal na política educacional no nosso país, além de trazer o modelo estadunidense como exemplo para a educação brasileira, durante diversos momentos do texto, o autor acentua com clareza a proposta acima discutida, como no texto em destaque que aborda sobre a avaliação das políticas educacionais: “O setor privado e organizações não governamentais tem desempenhado um papel importante na avaliação econômica de projetos educacionais no Brasil, incluindo não somente uma avaliação de impacto, mas também uma análise de custo benefício” (VELOSO, 2011, p. 245).

A frase a seguir, reforça o comentário anterior e parece ressoar os acontecimentos atuais na política econômica brasileira e em vários países na atualidade, o que demonstra a nossa triste subserviência a mecanismos internacionais de controle da economia. Afirmo Giddens que Estado tem que “manter a inflação baixa, limitar os empréstimos governamentais e usar vigorosas medidas de incentivo fiscal para fomentar o crescimento e altos níveis de crescimento” (GIDDENS, 2001b, p. 78). O problema é o engodo presente nestas afirmações, se não houver política social, que atinge diretamente a vida das pessoas, sobretudo as mais pobres, o país não crescerá efetivamente, não parece coerente sustentar que haverá altos índices de crescimento com as medidas antes citadas, o que temos assistido é o empobrecimento da Europa Central, gestora deste modelo, essas “políticas [sociais] gerativas’ que desenvolvam o chamado ‘capital social’ dos grupos de indivíduos para ação, inculcando neles o espírito empreendedor, a autoconfiança, a capacidade de administrar riscos” (LIMA e MARTINS, 2005, p. 57). Gerar indivíduos capazes de dar conta do novo modelo imposto é o que propõe a terceira via, mas ela certamente terá dificuldades de cumprir o que promete, ou seja, uma sociedade economicamente mais equilibrada. “A principal força no desenvolvimento de capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a eficiência e a coesão social” (Giddens, 2001b, p. 78). Este tipo de afirmação impositiva, no qual não encontramos quase nenhuma referência as diferenças gritantes existentes em nossas sociedades, ao desejo de impor um modelo sem perguntar aos reais interessados sobre se aceitam se submeter a tal visão é um passo crescente em direção a novos mecanismos de controle social, talvez, ainda mais nocivos que os totalitarismos porque tentam se esconder sobre o invólucro de democracia. Analisemos as frases abaixo:

Educação e treinamento tornaram-se o novo mantra para os políticos socialdemocratas. Numa expressão famosa, Tony Blair descreve suas três principais prioridades no governo como ‘educação, educação, educação’. A necessidade de melhores qualificações educacionais e de treinamento em habilidades é evidente na maioria dos países industrializados, particularmente no que diz respeito aos grupos mais pobres. Quem poderia negar que uma população bem-formada é desejável para qualquer sociedade? O investimento em educação é um imperativo do governo hoje, como uma base essencial da ‘redistribuição de possibilidades’ (GIDDENS, 2001a, p. 119).

A educação neste contexto tem a função de desenvolver o que Giddens e seus seguidores definem como “capital humano” e a escola formal é um instrumento necessário neste processo. Ela visa estabelecer um trabalho de doutrinação, a função governamental é

“promover o desenvolvimento ativo do capital humano através de seu papel essencial no sistema de educação” (2001b, p. 167). Essa infeliz expressão “capital humano” está envolta em uma concepção educativa que prima pelo tecnicismo, afirma-se sobre a necessidade de criação de indivíduos criativos, propositivos, mas a grande questão é: estes indivíduos utilizam sua energia e inteligência a serviço de que e de quem? Para alimentar o mercado. Esta é a resposta! Mas será que esse “monstro impessoal” retribuirá àqueles que o alimentam? Mais uma vez se torna necessário pensar uma educação e construção da vida social não imposta “de cima para baixo”, de pessoas e grupos que tentam instituir que suas teorias caibam nos contextos sociais com as suas complexas diversidades. É urgente estabelecermos um verdadeiro diálogo democrático no qual todas as pessoas possam realmente participar.

A implementação da terceira via e a sua influência na educação brasileira teve início nos anos 1990 do século passado no governo Fernando Henrique Cardoso. A intensificação de ações que modificam a política e a economia tem na educação um dos seus trunfos de expansão. Segundo Lúcia Maria Wanderley Neves (2005), ocorreu uma “pedagogia da hegemonia”, difundindo-se a concepção da ideologia da qualidade total:

[...] da transformação dos dirigentes em gestores educacionais, do começo do sucateamento da educação superior pública e da transformação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), de órgão contestador das políticas oficiais [...] em instrumento difusor das políticas neoliberais para a educação básica (NEVES, p. 92, 2005).

Conforme a autora antes citada, ocorreram um segundo e terceiro momentos da implementação da terceira via no Brasil. O segundo adveio ainda no governo FHC, no qual se estabeleceram várias parcerias com a sociedade civil, visando fortalecê-la. O programa Comunidade Solidária que pretendia amenizar a extrema pobreza que assolava o país foi um desses esforços. Ainda segundo a autora, o terceiro momento de presença das teorias neoliberais consolidados pela terceira via, sucedeu no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva tendo como uma de suas características a inclusão mínima dos excluídos, como exemplo, o programa Fome Zero. Mas todos os projetos tiveram como égide o pano de fundo neoliberal, impulsionados pela ideologia burguesa que tentara repolitizar a sociedade civil. Desta deve surgir um “novo homem coletivo requerido pelo neoliberalismo da Terceira Via (NEVES, p.104, 2005). O modelo de educação está voltado, sobretudo para a qualificação do mundo do trabalho, conforme a autora em destaque, o objetivo fora “formar (...) especialistas e dirigentes que do ponto de vista técnico, possam aumentar a competitividade e produtividade

do capital, nos marcos de um capitalismo periférico e do ponto de vista ético político, possam criar e difundir uma nova cidadania política, baseada na colaboração de classes [...]”. (NEVES, p.104, 2005). Trata-se de uma “ideologia do consenso” que abafa as gritantes desigualdades presentes no país e enfraquece os movimentos sociais de reação ao Estado. Esse último ficara submisso a interesses externos, nem sempre comprometidos com as reais necessidades do país, como atesta o comentário de Neves sobre a reforma no ensino superior, pois esta “submete a produção do conhecimento nacional a diretrizes de organismos internacionais, reforça a ideia neoliberal do público não estatal, estimulando jurídica e financeiramente o empresariamento da educação superior” (NEVES, 2005, p.106).

O atual ataque às conquistas sociais históricas da classe trabalhadora brasileira, o constante e eficiente sucateamento da educação pública, o enfraquecimento de um Estado de proteção social são efeitos colaterais de uma política liberal promovida também pelos ideais da terceira via e que já se mostraram ineficazes para amenizar a gritante desigualdade social, a violência, o sucateamento da própria vida presente na atualidade. É urgente que criemos mecanismos de reação a este modelo impositivo que favorece apenas aos já ricos e compreendamos que os pobres são as vítimas mais evidentes de um sistema que exclui na sua essência. A política, neste contexto, assim como as organizações educativas devem ter como base a resistência que aflora das bases, daqueles indivíduos que sentem no dia-a-dia as injustiças assolando as suas vidas e somente uma classe trabalhadora que não apenas se qualifica mas que seja capaz de governar (GRAMSCI, 1999) e gerir esse processo de forma mais humana, gerando uma nova moralidade na qual a equidade seja a regra. Para Antonio Gramsci (1999, p. 110): “O valor mais importante não é que o camponês se torne agrônomo ou que o pedreiro vire mestre (geômetra), mas que o cidadão chegue a ser governante” (Ibid., p. 110). Esta concepção está de acordo com uma visão de política que surge das bases sociais, dos interesses e necessidades da população mais pobre que configura a parte maciça da humanidade. São estas pessoas que devem criar meios de definir o melhor modo de viver e não receber de fora as normas já estabelecidas e a elas se adequarem. Tal visão foge a concepção liberal de um Estado mantenedor de direitos universais, próprio do liberalismo, no qual, quem dita esta universalidade é a burguesia dominante. O desenvolvimento moral e intelectual da população não é uma utopia irrealizável, mas uma proposta que pode ser redimensionada, via educação.

RESULTADOS

Por se ater na execução conceitual, os resultados do trabalho são preliminares e não podem ser quantificados de forma objetiva. Ao optarmos por tramar uma análise dos aspectos da Terceira Via na educação, buscamos trazer à reflexão as ações de entidades privadas no âmbito da concepção da necessidade de uma reformulação do Estado.

Dessa maneira, os resultados se concentram no olhar crítico sobre experiências já evidenciadas de ação da iniciativa privada, através de seus aparelhos constituídos, nos setores educacionais. Não é difícil, portanto, verificar, sejam adequações ou inserções diretas de atores privados no ramo público, desvirtuando o papel do Estado para com a educação, transformando-a, ao mesmo tempo, em ramo de negócio, aberto às negociatas.

CONCLUSÃO

A Terceira Via aparece de forma atrativa no horizonte ocidental. Sua aceitação em países como o Brasil contou com o apoio teórico de personagens políticas e Chefes de Estado. Ela dá conta do preenchimento de um vácuo político instaurado a partir das crises do capitalismo e da necessidade de ressignificação do Estado em busca de uma maior monetarização sobre os direitos sociais. Esse discurso é atraente uma vez que, a partir da transição da década de 1980 para a de 1990, com o fim do “socialismo real”, o mundo unipolar precisava agir no sentido de desmontar o Estado de Bem-Estar Social.

No que tange à educação, o enorme braço gerencial pairou (em metáfora liberal) sobre o Estado no sentido de garantir mais um campo de ação ao mercado. É nítido, atualmente, a acentuada ação do setor privado na educação pública, seja através da venda de materiais, da composição de treinamentos, na confecção de programas pedagógicos ou, mais evidentemente, na ação de ONGs agindo em suposta parceria para a melhoria da qualidade do “serviço educacional”.

Este texto buscou contribuir para o debate questionando quais são as implicações para a educação pública da ação de institutos privados nas escolas. É, portanto, um subsídio para a discussão que se deve travar tanto no campo das ideias quanto na esfera prática em defesa da educação para todos.

REFERÊNCIA

ANTUNES, Ricardo. Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 3, 1999.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Löic. O imperialismo da razão neoliberal. Disponível em <http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/8bourdieu3/18>. Acesso em setembro de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 09 jul. 2018.

CHAUÍ, Marilena. Fantasia da terceira via. "Folha de São Paulo", São Paulo: 19 de Dezembro de 1999.

GIDDENS, Anthony. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. A terceira via e seus críticos. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GOHN, Maria da Glória. Terceira Via, Terceiro Setor e OnGs: espaços de um novo associativismo. In: Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999, cap. II, p. 65-90.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1.

LIMA, K. R. de S; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia. Maria Wanderley. A sociedade Civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

VELOSO, Fernando. A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil. In: BACHA, Edmar Lisboa e SCHWARTZMAN, Simon (Org). Brasil: A nova agenda social. Rio de Janeiro, LTC, 2011.